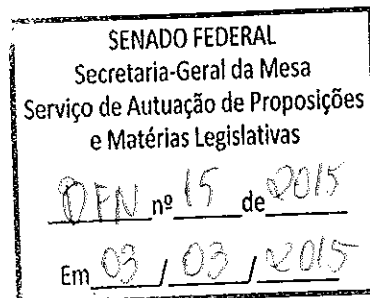




Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2015.

Ofício nº 31/2015/PRESI-APO-DF

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Senador Federal
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF, 70165-900



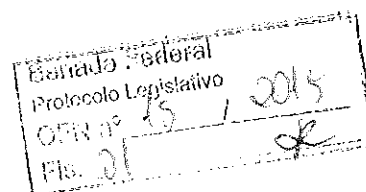
Assunto: Relatório de Atividades: 1º Semestre 2014

Senhor Presidente,

1. O artigo 6º da lei 12.396, de 21 de março de 2011, dispõe que: "A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional".
2. Em observância ao estabelecido no texto legal, encaminho a Vossa Excelência o anexo relatório de atividades desenvolvidas pela APO no primeiro semestre de 2014.
3. Por meu intermédio e de seus dirigentes e corpo técnico, a APO coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Respeitosamente,

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Presidente



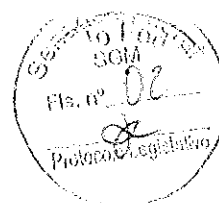


Relatório Congresso Nacional

Primeiro Semestre de 2014



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA





AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

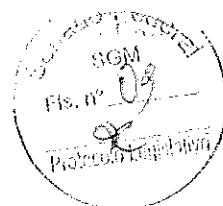
O primeiro semestre de 2014 foi um período produtivo e importante na preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Entre os fatos significativos, dois avanços podem ser ressaltados: a divulgação pública dos investimentos relativos à realização da Olimpíada e o avanço das obras prioritárias. A Autoridade Pública Olímpica (APO), em conjunto com os entes consorciados, obteve bons resultados no encaminhamento de projetos que, por suas características, se constituem no “coração dos Jogos”. Assim, a Vila dos Atletas, o Parque Olímpico da Barra e o Complexo Esportivo de Deodoro tiveram o necessário incremento para que pudessem avançar conforme o planejamento inicial.

Também foi realizado, neste mesmo período, o lançamento da Carteira de Projetos Olímpicos e da Matriz de Responsabilidades, ferramentas imprescindíveis para a organização dos Jogos. Com isso, ficou estabelecido como estratégia orçamentária, que as obras de infraestrutura, os serviços e os investimentos efetuados durante a preparação e realização do evento serão explicitados pelo Orçamento do Comitê Rio 2016 (recursos privados) e a Matriz com recursos públicos e privados exclusivos para os Jogos. E, ainda, o Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas que inclui os investimentos que não se configuram como exclusivos para a realização dos Jogos, mas que foram antecipados ou ampliados com foco no legado.

Entre as ações importantes, está a reestruturação interna da APO. Sua estrutura organizacional foi ajustada para permitir o desempenho das tarefas com mais eficácia. Também foi iniciado o processo de criação do sistema informatizado de acompanhamento das obras e serviços dos Jogos.

Assim, a APO continua firme no propósito de contribuir com o Brasil na missão de sediar a primeira Olimpíada da América do Sul com a certeza de que o ritmo precisa ser acelerado. Não há flexibilidade nos cronogramas e a entrega do “produto olímpico” nesta reta final requer esforços integrados. Junto com os demais entes públicos, a APO está comprometida com a organização de um evento com as características que o Brasil requer: enxuto e eficiente, com benefícios para toda a sociedade.

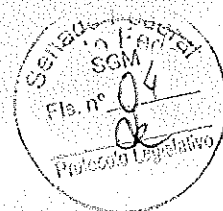
FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Presidente APO





1

INTRODUÇÃO





“A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.” (Art. 6º da Lei nº 12.396/2011)

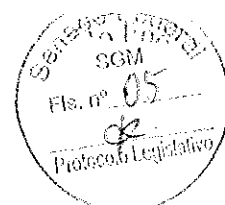
No primeiro semestre de 2014, a Autoridade Pública Olímpica (APO) empenhou esforços para a realização de três grandes atividades. Implementou uma reestruturação interna no seu quadro de colaboradores, consolidou um diálogo mais eficiente com os entes envolvidos na preparação dos Jogos e construiu um sistema informatizado que permitiu a integração de informações sobre o andamento de obras e serviços relacionados ao megaevento esportivo que o País sediará em 2016.

As mudanças na estrutura interna da autarquia incrementaram o trabalho de acompanhamento dos projetos envolvidos diretamente nos Jogos. Com um quadro de colaboradores ajustado foi possível aperfeiçoar a captação de informações sobre o ritmo das obras e consolidar parcerias com entidades envolvidas na preparação da Olimpíada.

A promoção de um diálogo mais eficiente entre os entes teve como principal interlocutor o próprio Presidente da APO, que estimulou a abertura de diversos canais de comunicação, criando maior sinergia para o trabalho de toda a equipe da autarquia.

A integração das diversas informações disponíveis em um sistema informatizado possibilitou a criação de um banco de dados para os organizadores do evento, que trará impactos positivos para o acompanhamento das obras e serviços.

Outra linha de ação que conferiu maior visibilidade à APO nesse período foi a coordenação para a produção de dois importantes documentos: a Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos. Enquanto a Carteira lista todas as obras e serviços executados pelos setores público e privado, a Matriz engloba os projetos governamentais exclusivamente associados aos Jogos. Lançada em 28 de janeiro de 2014, a Matriz foi o primeiro resultado concreto da integração dos diversos atores.





A. Conselho Público Olímpico

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas quatro reuniões do Conselho Público Olímpico (CPO), duas ordinárias e duas extraordinárias, nas quais foram tratadas questões referentes a Matriz de Responsabilidades, Carteira de Projetos Olímpicos, Estatuto da APO, exoneração e nomeação de membros dos Conselhos de Governança e Fiscal, e a participação do Presidente desta autarquia no Conselho Diretor Rio2016.

B. Conselho de Governança

O Conselho de Governança reuniu-se em 12 de março, quando tratou da posse de novos membros, da prestação de contas da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2013 e avaliou a proposta de alteração do estatuto desta autarquia.

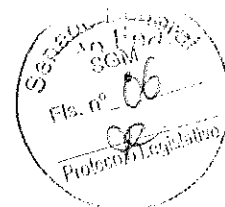
C. Conselho Fiscal

Este Colegiado realizou, no primeiro semestre de 2014, seis reuniões, destacando os seguintes temas em suas pautas:

- análise da planilha dos contratos assinados pela APO, com a verificação de alguns processos;
- considerações sobre as recomendações dos Órgãos de Controle Interno (Controladoria Geral da União) e Externo (Tribuna de Contas da União);
- proposta de orçamento para 2015 e Contrato de Rateio 2014;
- análise dos demonstrativos contábeis e financeiros; e
- acompanhamento das atividades da Controladoria Geral, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

D. Visitas e Auditorias do TCU e CGU

No período considerado neste relatório, esta Autoridade Pública recebeu dezessete visitas e auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), todas com o propósito de contribuir para a construção dos Jogos com foco na legitimidade, legalidade e economicidade.





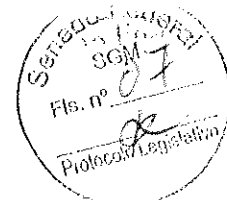
E. Presidência

No primeiro semestre de 2014, o Presidente desta Autarquia coordenou, pessoalmente, os trabalhos para a confecção e divulgação da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, ferramentas imprescindíveis para o acompanhamento das obras essenciais aos Jogos.

Contribuiu, também, para o trabalho de articulação dos entes – Ministério do Esporte (ME), Governo do Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro – na elaboração e lançamento do Plano de Políticas Públicas.

Ainda sob a orientação e coordenação de seu Presidente, a APO promoveu profunda reestruturação interna, permitindo, conseqüentemente, mudanças significativas na equipe de trabalho e alterações em seu estatuto.

Finalmente, para cumprir as orientações publicadas nos acórdãos do Tribunal de Contas da União e relatórios da Controladoria-Geral da União, determinou a organização de um sistema informatizado próprio de monitoramento das obras e serviços.

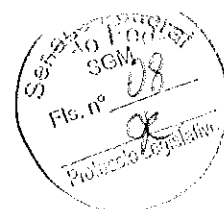




F. Participação APO em eventos oficiais da Olimpíada

No primeiro semestre de 2014 foram realizados os seguintes eventos oficiais do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) com participação da APO:

EVENTO		DATA	
Classificação	Tipo	Início	Término
17º VICR – COI	<i>Venues Infrastructure Construction Review</i> (VICR) COI. Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	21 Jan 14	22 Jan 14
18º VICR – COI	<i>Venues Infrastructure Construction Review</i> COI. Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	17 Mar 14	21 Mar 14
6º COCOM	<i>Coordination Commission</i> (CoCom) COI – acompanhamento dos projetos pelo comitê de coordenação do COI	19 Mar 14	21 Mar 14
AR - COI	<i>Accommodation Review</i> (AR) – revisão dos projetos e planejamento de acomodações	06 Maio 14	07 Maio 14
TICR - COI	<i>Transport Infrastructure Construction Review</i> (TICR) – revisão dos projetos da área de transportes, com participação restrita dos Governos	12 Maio 14	13 Maio 14
5º PR - IPC	<i>Project Review</i> (PR) IPC – <i>Executive</i> – revisão do projeto pelos especialistas do IPC	13 Maio 14	14 Maio 14
ADD Review – COI	Revisão de projetos da área de Chegadas e Partidas, com foco no Rio de Janeiro	15 Maio 14	16 Maio 14
19º VICR – COI	<i>Venues Infrastructure Construction Review</i> COI. Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	02 Jun 14	09 Jun 14
9º PR - COI	<i>Project Review</i> - revisão do projeto pelos especialistas do COI, Secretario Geral e Presidente da Comissão de Coordenação	10 Jun 14	11 Jun 14





G. Diretoria Executiva

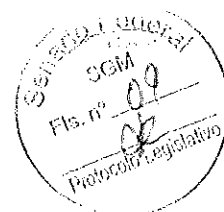
No primeiro semestre de 2014, a Diretoria Executiva desenvolveu um trabalho de reestruturação organizacional para o alinhamento com os entes, no sentido de atuar na prevenção de situações que venham a colocar em risco as entregas acordadas com o COI. Com esse propósito, elaborou propostas para a nova estrutura da autarquia, reformulando as diretorias da atividade fim. Esse trabalho resultou em um novo estatuto, já aprovado pela Diretoria Colegiada, pelo Conselho de Governança e pelo Conselho Público Olímpico, conforme publicação no Diário Oficial da União. Também foi elaborado um novo Regimento Interno.

Ainda no processo de alinhamento, a Diretoria Executiva realizou um seminário com os servidores da APO para que todos pudessem contribuir para a elaboração do Planejamento Estratégico, onde estão definidos a Identidade Organizacional, os Objetivos e as Ações Estratégicas, o Mapa Estratégico e a Cadeia de Valor. Foram estabelecidos os indicadores de desempenho baseados nas premissas que fundamentam a existência da APO e nos compromissos assumidos pelos entes.

Em apoio às atividades da autarquia, foram realizados workshops mensais com todos os servidores para discussão dos dados obtidos no processo de acompanhamento das obras e serviços, que recebe suporte de um sistema de gerenciamento da informação. Trata-se de uma ferramenta dinâmica e em constante aperfeiçoamento, especialmente desenvolvida na APO para facilitar a gestão das informações recebidas, fornecendo subsídios para as ações decorrentes.

Como parte da rotina, foram acompanhadas as reuniões dos Conselhos Fiscal, de Governança e Público Olímpico, onde foram definidas as questões relativas ao funcionamento operacional da APO e as resultantes do acompanhamento dos projetos que impactarão diretamente nos compromissos assumidos pelos entes com o COI.

A Diretoria Executiva também ofereceu suporte às atividades do calendário dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais, representados no Brasil pelo Comitê Rio2016, participando de reuniões, contribuindo com as ações de integração e criando condições para a busca da melhor solução para as questões que envolvem a organização dos Jogos. Também ofereceu suporte para o primeiro evento teste dos Jogos, o projeto Aquece Rio, que consistiu em várias regatas realizadas a partir da Marina da Glória. O desempenho da





APO durante esse evento permitiu o fortalecimento da parceria entre os entes envolvidos e o Comitê Rio2016, resultando no sucesso do evento.

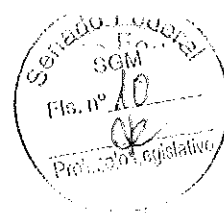
H. Diretoria de Integração

A APO consolidou, em conjunto com os entes consorciados e o Rio2016, as informações para a composição da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, divulgadas oficialmente em 28 de janeiro de 2014, em consonância com as metodologias criadas para esse fim, estabelecendo premissas e critérios para a realização desse trabalho conjunto.

Além disso, para a adequada execução de suas atribuições institucionais, principalmente às relacionadas ao monitoramento e à consolidação do planejamento integrado de obras e serviços, a Diretoria de Integração está implementando na APO um completo sistema de informações sobre os Jogos. Essa ferramenta já está em uso nos módulos iniciais de acompanhamento dos diversos temas e permite sua evolução com o acréscimo de funcionalidades. A sistemática de inclusão e de processamento de dados está se consolidando, alinhadas com as estratégias de articulação e integração dos esforços dos entes envolvidos na preparação dos Jogos.

Assim, a metodologia desenvolvida para o trato da informação tem por princípio a articulação e a integração dos entes na condução dos diversos projetos pertinentes aos Jogos. Por tudo isso, é importante que a APO disponha de ferramental que permita aos seus servidores o acompanhamento das atividades de planejamento e de execução das obras e serviços.

A APO, pelo conjunto de suas competências, não realiza a gestão dos planos/projetos. Essa é tarefa dos executores diretos desses empreendimentos, entes governamentais e privados que têm compartilhado a responsabilidade por contratar, manter e executar obras e serviços. Eles têm ingerência sobre os processos necessários aos empreendimentos, podendo decidir, em cada caso, sobre os recursos alocados e as estratégias de ação que serão adotadas. Ademais, cada um dos entes e o Comitê Rio2016 efetivamente dispõem de estruturas próprias (do quadro ou contratadas) para o gerenciamento de seus projetos. Assim, a APO aparece como um parceiro dos próprios entes consorciados, criado especialmente para assegurar os compromissos assumidos por estes para a realização dos





Jogos. Nessa condição e com esse objetivo, deve realizar todas as atribuições previstas em lei.

I. Diretoria de Infraestrutura

A Diretoria de Infraestrutura tem como atribuição acompanhar e coordenar a execução dos projetos referentes às infraestruturas esportiva e de apoio ao evento. Trata, também, das acomodações da família olímpica, do Centro Principal de Mídia, do Centro Internacional de Transmissões e das ações necessárias ao saneamento e ao meio ambiente, tudo em benefício dos Jogos Rio 2016.

Nesse contexto, a DINFRA foi organizada com as Superintendências de Obras e Instalações Esportivas, Obras e Instalações Não Esportivas e Serviços de Utilidade Pública.

1) Superintendência de Obras e Instalações Esportivas

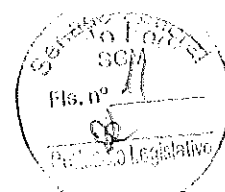
No primeiro semestre de 2014, a Superintendência de Obras e Instalações Esportivas se concentrou no acompanhamento das ações que permitissem o avanço na execução das diversas obras. Sua atuação ocorreu por intermédio da participação ativa em reuniões, fóruns de discussões e Grupos de Trabalho (GT).

Foram alvo de acompanhamento os seguintes temas:

- Zona Barra da Tijuca

No Parque Olímpico da Barra serão concentradas importantes instalações esportivas, cujas obras estão sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio, por intermédio da Empresa Olímpica Municipal (EOM). Durante o primeiro semestre de 2014, foram concluídos os processos de licitação e iniciadas as mobilizações das contratadas para a implantação dos canteiros das obras.

O Centro Olímpico de Treinamento Halls 1, 2 e 3, cujas obras iniciaram em julho de 2013, tiveram grande avanço, estando, no final do semestre, com 21% dos serviços concluídos; o Tênis, cujas obras principiaram em novembro de 2013, encontra-se com 17% de serviços executados; foi ultimada a licitação do Hall Olímpico 4 – Handebol – e o início das obras se deu em março de 2014, estando com aproximadamente 3,0% de serviços executados; o Centro Aquático Maria Lenk, por decisão da Prefeitura, está com seus projetos em fase final de execução; o Centro Olímpico de Esportes Aquáticos teve as obras





iniciadas em abril de 2014 e está em fase de alteração de projetos, embora já conte com 2,91% de serviços executados. O Velódromo teve sua licitação concluída e as obras principiaram em fevereiro de 2014.

A DINFRA participou de reuniões de alinhamento com a Casa Civil do Governo Federal e com o Ministério do Esporte. Participou, também, das reuniões do Consórcio Integrador Rio de Janeiro (CIRJ) e Venues Infrastructure Construction Review – com a presença do Comitê Olímpico Internacional, onde foram tratados os assuntos inerentes aos projetos e às eventuais alterações em seus cronogramas, compatibilização das obras com a localização de overlays e definição de prazos para comissionamentos das instalações esportivas.

Foram efetuados Termos de Cooperação e Convênios com a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Esporte, visando, com tempestividade, a troca de informações.

- Zona Deodoro

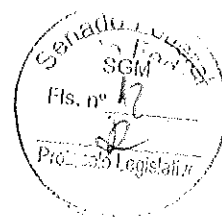
O processo licitatório de Deodoro foi finalizado no 1º semestre de 2014. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro anunciou a MRJE Construtora, vencedora da licitação, como a empresa responsável pelas obras do domínio urbano.

Em abril de 2014, foram informados os vencedores das Áreas Sul e Norte. A vencedora da licitação das obras da Área Sul, responsável pela Adequação do Centro Nacional de Hipismo, foi a empresa IBEG S.A. O vencedor da Área Norte, que incluem o BMX, Canoagem Slalom, Mountain Bike, Arena de Rugby e Pentatlo Moderno, Arena Deodoro, Centro Aquático, Hóquei sobre Grama, Tiro Esportivo, e Domínios Comuns do Pentatlo Moderno e Parque Radical, foi o consórcio formado pela Queiroz Galvão S.A. e a OAS S.A.

A DINFRA participou dos entendimentos mantidos entre o Ministério do Esporte, Exército, Marinha, Aeronáutica e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para viabilizar as Instalações de Treinamento Games-Time. Durante o primeiro semestre de 2014, representantes da Diretoria visitaram as instalações e contribuíram para os ajustes finais que definiram a responsabilidade dos entes no processo de elaboração dos Termos de Referência e licitação de projetos e construção/reforma de cada instalação.

- Zona Copacabana

A DINFRA possui representantes no Grupo de Trabalho da Lagoa Rodrigo de Freitas e nos fóruns de discussões sobre a Marina da Glória. Durante o primeiro semestre de 2014,





foram estudadas soluções e alternativas para a viabilização das instalações esportivas, atendendo aos requisitos ambientais, legais e esportivos.

As intervenções no Estádio de Remo da Lagoa, onde serão realizadas as competições de Remo e Canoagem (velocidade), foram analisadas e a responsabilidade pela execução de cada obra foi definida entre o Governo do Estado e o Comitê Rio2016. As ações implementadas no período foram para aprovar o projeto na esfera legal com a manifestação preliminar do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Com a superação dessa etapa foi possível avançar para a fase final de licenciamento junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Estudos adicionais (batimetria e sondagens) também foram considerados com o objetivo de definir sua necessidade. O método construtivo do Píer de espectadores também foi tema das tratativas mantidas durante as reuniões de integração com os entes envolvidos.

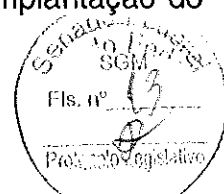
Nesse contexto, a DINFRA participou dos ajustes definidos por intermédio do Grupo de Trabalho Lagoa. Coube à Diretoria a intermediação de reuniões com o IPHAN para apresentação do projeto da torre dos árbitros e demais ajustes no Estádio de Remo.

Na Marina da Glória as demandas se concentraram no acompanhamento da evolução do projeto e da preparação do evento-teste previsto para o início do segundo semestre de 2014, que reunirá 300 atletas de 34 países.

- Zona Maracanã

As atividades relacionadas ao Complexo do Maracanã e Estádio João Havelange foram concentradas na definição do entorno de cada um dos locais, particularmente nas vias de acesso para o público. A DINFRA participou dos Grupos de Trabalhos e reuniões de integração com os diversos entes, onde os principais obstáculos foram analisados e as alternativas para solução debatidas. Com relação ao Complexo do Maracanã, a decisão do Governo do Estado pela conservação de instalações no seu entorno (Escola Municipal Friedenreich, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare) ensejou a reavaliação do projeto para readequar as Instalações Esportivas. Com relação ao Estádio João Havelange, foram promovidos acordos com o IPHAN para permitir sua integração ao Museu do Trem, importante instalação cultural administrada por aquele Instituto, localizada ao lado do Estádio João Havelange. Os entendimentos avançaram no sentido do Museu ser utilizado como área de hospitalidade do Estádio.

Finalmente, como resultados alcançados no primeiro semestre de 2014, além da visita aos canteiros das obras que se encontram em andamento, houve a implantação do





sistema referente aos Planos de Acompanhamento de cada Instalação, que são preenchidos com dados coletados junto aos entes, com a constante e ininterrupta atualização dos sumários, das memórias, dos cronogramas e dos riscos, sempre que forem detectados.

2) Superintendência de Obras e Instalações Não Esportivas

A Superintendência atuou junto aos órgãos e entidades envolvidas na realização dos Jogos Rio 2016, com o objetivo de acompanhar e avaliar os impactos dos planos, projetos e programas, visando ao atendimento das garantias acordadas. Esteve presente nos encontros específicos com o COI, promovidos pelo Comitê Rio2016, em especial nas reuniões dos VICR, Project Review e Cocom, além da participação no Programa Governamental de Observadores (PGO) da Copa do Mundo FIFA 2014, reuniões e Grupos de Trabalhos, direcionadas às instalações não esportivas, tais como a Vila Olímpica e Paraolímpica, o complexo de mídia para atendimento aos Jogos (International Broadcast Center – IBC –, Main Press Center – MPC – e Hotel), o Domínio Urbano do Complexo Esportivo de Deodoro e a Vila dos Tratadores.

Os principais parceiros, nesse período, foram o Ministério do Esporte, por intermédio da sua Representação Regional, a Caixa Econômica Federal, a Assessoria dos Jogos Olímpicos (AJO) – Comando Militar do Leste (CML) do Exército Brasileiro, o Consórcio Ilha Pura, a empresa Rio Mais S/A, a Empresa Olímpica Municipal - EOM, o Escritório de Gerenciamento de Projetos - EGP/RJ e o Comitê Organizador Rio2016.

Foram alvo de acompanhamento os seguintes temas principais:

- Vila dos Atletas

Entre janeiro e junho de 2014, com o propósito de integrar as ações com as diversas esferas de governos – Federal, Estadual e Municipal –, a Superintendência participou de reuniões com a Casa Civil da Presidência da República sobre o monitoramento das obras das instalações olímpicas, em especial sobre as localizadas na Vila dos Atletas, na busca de soluções com os entes consorciados e com o Comitê Rio2016, para as questões de maior impacto na entrega dos Jogos Olímpicos.

- Parque Olímpico (áreas de não competição, IBC/MPC)

A APO participou de reuniões de trabalho e levantamento de informações pelo Comitê de Coordenação dos Jogos sobre a construção do complexo de mídia – IBC/MPC –, as responsabilidades assumidas pelos governos e a proposta de solução para os itens





“instalações especiais”, imprescindíveis ao pleno funcionamento dessas estruturas que incluem sistemas de ar condicionado, galeria técnica, instalações elétricas (incluindo os projetos), escadas rolantes, edifício de *catering* e torre de estúdios de TV.

No início do ano, esta autarquia coordenou a consolidação do documento técnico de todos os itens pendentes do IBC, apresentando-o à Casa Civil em abril de 2014, para que as responsabilidades de execução e financiamento fossem atribuídas. Nesse documento, constam os custos gerais estimados, bem como propostas de responsabilidades.

A APO acompanhou, em conjunto com os demais entes e parceiros da sua área de atuação, o andamento das obras civis do Parque Olímpico, relativas aos prédios do complexo de mídia (IBC, MPC e hotel) e o domínio comum. A execução encontra-se dentro das expectativas de seu cronograma.

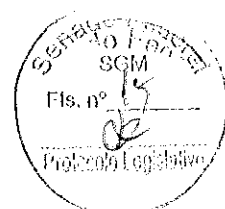
- Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC)

No Dossiê de Candidatura está o compromisso de que o Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico será reformado e terá capacidade para corresponder às necessidades futuras dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Dessa forma, a Autoridade Pública Olímpica acompanha a evolução das obras e de toda a preparação associada à utilização desse laboratório como instalação destinada à realização dos testes de controle de dopagem.

A APO acompanha as ações referentes à preparação do Laboratório para o início do processo de acreditação e busca um relacionamento mais aproximado com os diversos atores participantes.

É importante frisar ainda que, em setembro de 2013, a Agência Mundial Antidoping (WADA) descredenciou o antigo LADETEC como laboratório apto a realizar os exames de controle de dopagem por não atender às suas exigências técnicas. Desde então, vêm sendo tomadas as medidas necessárias à conclusão das obras do novo laboratório e ao atendimento das demais condicionantes necessárias à obtenção de um novo credenciamento, em tempo hábil para a plena utilização durante os Jogos.

A partir do final do mês de fevereiro de 2014, foram liberados pelo Ministério do Esporte (ME) recursos financeiros que equacionaram o fluxo de caixa das obras, sendo importante sua continuidade para garantir o ritmo do empreendimento. Ressalta-se que o ME, principal responsável pelo financiamento das obras, também tem acompanhado todas as ações envolvidas no processo de acreditação, em especial por meio da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem/ME (ABCD).





Para tanto, decidiu-se construir um novo laboratório de excelência nas instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, que será utilizado ao longo dos Jogos e, sobretudo, após as competições, como legado à população.

Além disso, a APO participa das reuniões realizadas pelo grupo criado pelo COI, cujo objetivo é servir de apoio operacional às questões relacionadas ao controle de dopagem para os Jogos Olímpicos, tais como a acreditação do laboratório.

Por fim, a responsabilidade financeira e executora do LBCD é do Governo Federal, representado pelo Ministério do Esporte, que lidera todo o processo desde o seu início e negocia com as entidades envolvidas a conclusão da instalação e sua viabilização para os Jogos Rio 2016.

Acrescentando, o LBCD está inserido no Plano de Políticas Públicas, divulgado em 16/04/2014.

- Complexo Esportivo de Deodoro

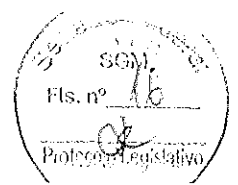
Esta era uma importante demanda dos Jogos Rio 2016 que ainda faltava ser equacionada. A licitação correspondente foi concluída e as obras iniciadas. Apesar do ritmo acelerado e do tempo disponível, não há flexibilidade para eventuais contratempos.

- Domínio Urbano do Complexo Esportivo de Deodoro

No mês de março, a Prefeitura já havia concluído a licitação para as melhorias viárias no interior e no entorno do Complexo Esportivo de Deodoro. O edital prevê melhorias em onze vias, beneficiando uma área com cerca de 284 mil m². Entre as obrigações da empresa vencedora, MRJE Construtora, estão obras de pavimentação e acessibilidade, construção de dois quilômetros de ciclovias e reforma dos passeios, que inclui melhorias de calçadas, meios-fios, iluminação, sinalização viária e plantio de árvores. As intervenções viárias começaram no início de junho deste ano, assim como o acompanhamento da execução do cronograma dessas obras.

3) Superintendência de Serviços de Utilidade Pública

A Superintendência de Serviços Públicos – SUSEP foi criada em janeiro de 2014 para integrar todas as redes de infraestrutura de serviços públicos ofertados por autorizadas e concessionárias. Dessa forma, durante o primeiro semestre, a SUSEP acompanhou o desenvolvimento das redes de infraestrutura dos projetos necessários ao cumprimento dos





compromissos assumidos pelo Dossiê de Candidatura e pelo Host City Contract (HCC) em seus respectivos temas.

São eles:

- Energia Elétrica

A APO coordena as atividades do Grupo de Trabalho (GT*) Operacional de Energia, que desenvolveu trabalhos de grande importância para a definição da infraestrutura de energia elétrica das instalações olímpicas. Foram delineados todos os esquemas elétricos básicos de alimentação em média tensão para as áreas de competição, bem como promovido o entendimento sobre as responsabilidades de financiamento e execução das obras.

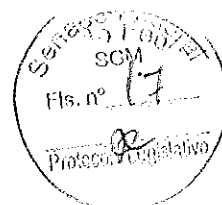
Especificamente no Parque Olímpico da Barra, principal local de competição, a infraestrutura de energia, composta pelas linhas de alimentação principal e de contingência, e pela subestação olímpica, foi definida através da contratação pelo MME da SPE ENERGIA OLÍMPICA, que ficou responsável pela construção das duas linhas de alimentação e da Subestação de Energia Olímpica.

A SPE ENERGIA OLÍMPICA, formada pela LIGHT e FURNAS em 31 de janeiro de 2014, imediatamente iniciou as obras, as quais encontram-se atualmente dentro dos prazos previstos de forma a garantir a entrega até 31 de maio de 2015.

A APO participou e contribuiu na coordenação de diversos eventos patrocinados pelo COI e Rio2016, entre os quais se destacam o 9º Project Review Energy, o 3º Expert Energy Review, o 6th CoCom e o 1º Energy Design Review, através do GT Energia que coordena.

De forma complementar, este semestre foi marcado de êxito. Observando os requisitos técnicos do COI, o Ministério de Minas e Energia, por intermédio do Decreto nº 8272, de 26 de junho de 2014, atribuiu à APO competência para definir as obras de distribuição de energia, bem como franqueia o uso da Conta de Desenvolvimento Energético para seu custeio.

*GT – formado por representantes das áreas funcionais do Comitê Organizador Rio 2016, entes governamentais e APO, a fim de garantir que as especificações relativas à realização dos Jogos sejam cumpridas por todos os envolvidos na sua preparação.





- Telecomunicações

Diante das atribuições referentes à operação e serviços de telecomunicações, a APO, coordenadora do GT-Telecomunicações (GT-Telecom), promoveu reuniões mensais com os atores responsáveis pela prestação dos citados serviços. Neste período foi elaborado o Plano de Gestão de Espectro de Radiofrequências para os Jogos.

O Plano de Coordenação de Espectro para os Jogos foi aprovado em 14 de março de 2014. Ademais, iniciou-se o planejamento da rede de sensores da Agência Nacional de Telecomunicações que serão utilizados no monitoramento e controle do espectro de radiofrequência antes e durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

- Saneamento e Distribuição de Gás

Dentre as ações desenvolvidas, estão a participação efetiva e coordenação do GT Concessionárias, responsável pela integração dos projetos das ações de saneamento básico, entre as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e projetos que compõem o sistema de distribuição de gás, em contato com as respectivas concessionárias de serviço público.

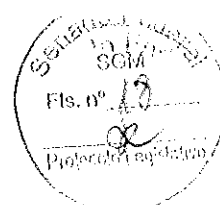
Durante o primeiro semestre de 2014 foram realizadas reuniões para integração dos projetos e cronogramas das obras de infraestrutura de serviços públicos previstos para a região da Barra da Tijuca, concentrados na área do Passeio Olímpico, que abrange trecho das Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno.

J. Diretoria de Operações e Serviços (DIOPS)

A DIOPS assiste a Diretoria Colegiada e a Diretoria Executiva da APO na coordenação, no planejamento e no monitoramento das Operações e Serviços pertinentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Atua na interface com os órgãos reguladores nas três esferas da Administração Pública e junto às concessionárias de serviços públicos nos temas que lhe competem.

Promove o relacionamento com os próprios entes consorciados, com o Comitê Rio2016 e demais entidades esportivas, nacionais e internacionais, responsáveis por modalidades olímpicas e paraolímpicas nos assuntos relacionados à organização e à realização dos Jogos.

Nesse contexto, a DIOPS foi organizada com as Superintendências de Segurança, de Regulação, de Cultura, Turismo, Eventos e Mídia, e de Sustentabilidade e Legado.





1) Superintendência de Sustentabilidade e Legado

- Sustentabilidades social e econômica

A integração de informações que estruturam o Legado Geral dos Jogos sob o ponto de vista da sustentabilidade foi delineada no Plano de Gestão de Sustentabilidade (PGS). Esse plano contém os parâmetros e princípios ambientais, sociais e econômicos dos Jogos, que foram utilizados nas licitações dos Parques da Barra e de Deodoro.

A APO coordena o GT que tratou desse plano, cuja primeira versão foi entregue à sociedade em agosto de 2013. O ciclo de gestão dos projetos Olímpicos tem contribuído para desenvolver a sua atualização, com entrega prevista para 2015. Algumas etapas já foram finalizadas e refletem as preocupações sobre o tema. Vale salientar que este trabalho é a base de estruturação do Legado Geral dos Jogos.

- Plano de uso do legado

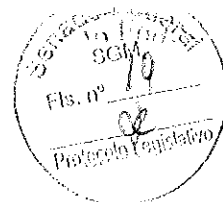
O Planejamento do Uso do Legado (PUL) é considerado um processo de acompanhamento com o objetivo de propor o uso do legado sob a visão da sustentabilidade (nos aspectos econômico, social e ambiental), cujo foco são os projetos contidos na Matriz de Responsabilidades.

Para evitar que as construções olímpicas ou correlatas, no futuro, fiquem ociosas, é promovida a discussão com os vários entes envolvidos, cujas responsabilidades individuais e compartilhadas interferem no processo. Assim, durante o primeiro semestre de 2014, foram planejadas algumas etapas de organização e sistematização da informação, que refletem as orientações contidas nos vários documentos precedentes de sustentabilidade e acessibilidade. Foi criado um sistema de legado com os temas acompanhados, que foi concluído no primeiro semestre de 2014.

Desta forma, é possível identificar os temas que estão diretamente relacionados à questão do Legado Social, que são:

- Educação

O tema continua sendo tratado por meio da atuação da APO no GT Legado Educacional Esportivo. Este fórum reúne as três esferas de governo, a APO e o Comitê Rio2016. Nesse primeiro semestre de 2014, o GT elaborou um primeiro relatório das suas atividades. Nas reuniões ocorridas nesse período, foram tratados os resultados de ações vinculadas ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos três entes durante a candidatura.





Esse relatório foi apresentado ao Comitê Executivo dos Jogos (COMEX*) em julho de 2014. Vale informar que este documento reflete alguns dos eixos centrais definidos por sua coordenação no âmbito do Governo Federal e diz respeito à Promoção da Saúde, Promoção da Excelência Esportiva e Promoção da Educação Olímpica.

Direitos humanos

O tema tem sido tratado com os entes em um escopo mais amplo, principalmente no primeiro semestre que foi voltado para a Copa do Mundo FIFA 2014. Nesse contexto, a APO participou das discussões sobre a proteção aos direitos da criança e do adolescente, participando do Comitê de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes para Legados dos Megaeventos no Rio de Janeiro.

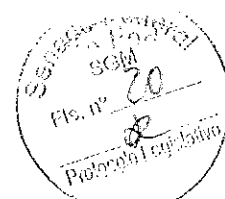
Vale salientar que esse Comitê foi criado para uma articulação interfederativa, com o objetivo de promover a convergência das agendas voltadas para a proteção da infância e da juventude. O Comitê é vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A APO participa e colabora para promover o conhecimento e a disseminação em torno do tema, no intuito de mitigar os erros e potencializar os ganhos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. As discussões foram em torno de questões relacionadas ao trabalho infantil e participação de menores como mascotes nas partidas de futebol.

Ainda neste contexto foram lançadas a Cartilha de Enfrentamento à Violência Sexual pelo Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho, a Campanha “Dose Zero” pelo Disque-Denúncia e a Campanha do SOS Crianças Desaparecidas pela Fundação da Infância e Adolescência (FIA).

Acessibilidade

A APO tem participado do fórum de discussão do tema Acessibilidade, assim definido pelo COMEX após a extinção do Grupo de Trabalho correspondente.

No início de 2014, a discussão girou em torno da atualização do Caderno de Diretrizes Técnicas de Acessibilidade Rio2016, elaborado pela UFRJ com o objetivo de estabelecer um parâmetro técnico que integrasse as legislações federal, estadual e municipal, bem como as diretrizes contidas nos requerimentos do International Paralympic Committee (IPC) pertinentes ao tema acessibilidade, tudo para subsidiar o desenvolvimento dos projetos, bem como ajudar as áreas envolvidas na entrega dos Jogos. O documento é, em si, um legado documental.





* COMEX – Detém a função de assegurar que o Comitê de Coordenação** esteja inteirado sobre a evolução dos temas discutidos pelos GTs e impactos na entrega dos projetos de infraestrutura e serviços para a realização dos Jogos.

** Comitê de Coordenação – Deve garantir que as questões estratégicas referentes aos projetos que constam na Matriz de Responsabilidades sejam devidamente abordadas e debatidas.

2) Superintendência de Cultura, Eventos e Turismo

Cultura

A APO participa do correspondente GT, coordenado pelo Ministério da Cultura, que tem como principal produto o Programa Cultura dos Jogos. A meta é oferecer uma programação que evidencie a diversidade popular brasileira, em todas as suas expressões, de forma a promover o engajamento com as competições, proporcionando uma experiência única e memorável ao espectador.

Com a versão preliminar elaborada no âmbito do GT Cultura e aprovada pelo COI, os desafios passaram a ser a composição do conteúdo do Programa e a identificação de mecanismos que possibilitem seu desenvolvimento institucional. Foi criado o Subgrupo de Equipamentos Culturais, com o objetivo de mapear a estrutura e suas condições para abrigar as ações correlatas.

Considerando-se o amadurecimento conceitual do Programa e os atuais desafios, os membros decidiram alterar a forma e o escopo de atuação do GT Cultura, com vistas a assumir uma dinâmica mais operacional. Optou-se por realizar encontros bilaterais entre os entes, com a premissa de identificar o papel de cada um na realização do Programa de Cultura, bem como de conhecer as linhas de financiamento e incentivos para revitalização dos espaços culturais e apoio aos diversos projetos. A APO assumiu a responsabilidade de promover estes encontros e tem atuado com foco na organização do modelo de financiamento.

Eventos

Por intermédio de reuniões com o Comitê Rio2016 e com diferentes órgãos governamentais, a APO, nesse período, voltou-se para a identificação e o planejamento de ações e parcerias que possam garantir a realização dos eventos previstos no Dossiê de Candidatura.





Quanto aos Live Sites, a fim de atender à necessidade de formação de mão de obra técnica para a produção destes espaços (sonorização, iluminação, cenotecnia, produção executiva etc), a APO identificou a possibilidade de realização de cursos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. Nesse sentido, promoveu reuniões com os Ministérios da Educação e da Cultura e com o Rio2016 para detalhamento da demanda e identificação das Instituições ofertantes.

No que tange ao Revezamento da Tocha Olímpica, a APO centrou esforços na elaboração de um modelo de governança que atenda à complexidade do programa, que envolverá diversos participantes, como Rio2016, Governo Federal, todos os Estados e aproximadamente 250 municípios. Foram realizados contatos e reuniões com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República para orientação na relação com os Municípios, e também proposta a articulação com as associações municipalistas para a discussão do modelo de contrato e a identificação dos serviços que caberão às cidades.

Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolve o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade dos diversos pontos, do desenvolvimento dos programas do *Look* da Cidade e Experiência do Espectador. Também está tratando do planejamento e estruturação das acomodações da família olímpica.

A APO manteve reuniões com o Ministério do Turismo e com a RioTur no intuito de conhecer e obter informações sobre a situação do convênio firmado entre os órgãos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo, para a sinalização turística da Cidade do Rio de Janeiro. O projeto teve seu processo licitatório homologado.

Duas ações que promovem a acessibilidade turística são objeto de acompanhamento pela APO: o programa Rotas Turísticas Acessíveis, que prevê a adequação em acessibilidade das principais rotas da cidade; e o projeto de categorização da rede hoteleira do Rio de Janeiro de acordo com o nível de acessibilidade dos estabelecimentos, também em elaboração.

Após reuniões com o Rio2016, para apresentação do programa de Experiência do Espectador do Comitê, identificou-se a possibilidade de compartilhamento dos dados de pesquisas de perfil dos turistas brasileiros e estrangeiros, realizadas pelo Ministério do Turismo e pela EMBRATUR. Após a Copa do Mundo, promoverá um encontro entre o



Rio2016 e os órgãos de Turismo para troca de informações e apresentação dos planejamentos para a Olimpíada.

O tema acomodações prevê o acompanhamento da entrega das unidades habitacionais acordadas com o COI, a implementação da classificação hoteleira no Rio de Janeiro, condizente com os critérios internacionais e as negociações para a prática de tarifas condizentes com o mercado, no período dos Jogos. Nesse sentido a APO participou de reuniões com o Comitê Olímpico Internacional onde é realizado o monitoramento das obras.

- Mapeamento de Serviços

A DIOPS integra a equipe responsável pelo mapeamento de serviços e ações governamentais dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Esse trabalho tem por meta obter uma visão integrada dos Planos Operacionais de Governo e do Comitê Rio2016.

O trabalho foi dividido em 3 etapas: Mapeamento de Ações Governamentais (Etapa 1); Planejamento Operacional (Etapa 2); e Teste e Prontidão Operacional (Etapa 3).

Em função do volume de informações da Etapa 1, o escopo do trabalho foi dividido em três fases, conforme descrito abaixo:

Fase I: Segurança, Chegadas e Partidas, Experiência do Expectador, Transporte, Operações Urbanas, Comunicação Visual dos Jogos, Serviços Médicos, Controle de Dopagem, Sustentabilidade, Limpeza e Lixo, Serviço de Alimentação, Treinamento, Voluntários e Credenciamento.

Fase II: Acomodações, Sistemas de Tecnologia, Serviços Veterinários, Doping de Cavalos, Telecomunicações, Serviço do Evento, Meteorologia, Logística, Cultura, Documentação e Educação.

Fase III: Proteção de Marcas, Prontidão Operacional e C3 e Energia.

A primeira fase do mapeamento finalizou em outubro de 2013, a segunda em abril de 2014 e a terceira em maio deste mesmo ano.

No total, 181 ações foram mapeadas, não considerando as de segurança. Identificou-se que a maioria são compartilhadas entre as esferas de governo, aumentando a complexidade da entrega e a necessidade de integração.





3) Superintendência de Sustentabilidade e Legado

- Tributação, aduana, imigração e credenciamento

No que se refere à imigração e credenciamento, o Comitê Rio2016 solicitou à APO o estudo sobre a viabilidade de alteração da lei do Ato Olímpico Federal, com vistas a atender a ampliação do prazo de entrada das pessoas que atuarão nos Jogos – workforce –, bem como a entrada da família olímpica, mais especificamente, da mídia credenciada a fim de otimizar a ocupação do centro de mídia e demais ações preparatórias para a cobertura dos Jogos. A APO, através de sua Procuradoria e da Superintendência de Regulação, está analisando a pertinência do pedido e estudando alternativas jurídicas que o atendam.

- Garantias – proteção de marcas e propriedade intelectual

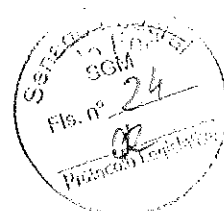
Por intermédio do GT Garantias, cujos participantes são representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, da APO e do Comitê Rio2016, são estudadas soluções jurídicas para materializar os compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional durante a fase de Candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Os principais assuntos discutidos no primeiro semestre de 2014 foram sobre os atos olímpicos, gratuidade de transporte e diretrizes de acessibilidade.

Além disso, o GT Garantias possui um SubGT Proteção de Marcas, criado principalmente para avaliar proposta do Comitê Rio2016 para uso de marcas, ativo durante o primeiro semestre de 2014, cujas atividades serão descritas a seguir.

- Proteção de marcas e propriedade intelectual

De acordo com os objetivos estabelecidos e aprovados pelo Comitê de Coordenação, o SubGT Proteção de Marcas iniciou os trabalhos para entendimento dos requisitos e regras apresentados pelo COI e pelo Comitê Rio2016 para uso das marcas olímpicas pelos entes governamentais.

O tema continua a ser tratado por intermédio de reuniões periódicas do SGT de Proteção de Marcas que atualmente tem focado suas ações no encerramento da análise do Contrato de Uso de Marcas. A Procuradoria da APO propôs uma série de alterações a fim de atender às necessidades dos entes governamentais. O SubGT solicitou ao Comitê Rio2016 a elaboração de um Planejamento Estratégico Operacional de Proteção das Marcas Olímpicas e Paraolímpicas.





- Dados meteorológicos e oceanográficos

A APO coordena os trabalhos de um fórum composto por representantes do Ministério do Esporte, do Ministério da Defesa (Exército/AJO, Marinha/CHM e Aeronáutica/DECEA), INMET, EGP-Rio, INEA, SMAC, ALERTARio, COB e Rio2016 para a definição do processo de repasse de dados meteorológicos e oceanometeorológicos.

No período de janeiro a junho de 2014, o grupo entregou o relatório base com dados históricos denominado “Caderno com as condições ambientais do Rio de Janeiro”, em versão preliminar para análise de aplicabilidade pelo Comitê Rio2016. A finalidade do documento é informar às federações esportivas internacionais, de maneira proativa, sobre o clima e o tempo na cidade, evitando solicitações intempestivas e urgentes. Também no escopo de trabalho desse fórum, foi discutido o objetivo dos serviços necessários para os Jogos. A APO continua atuando na integração dos entes no intuito de entregar os produtos necessários ao COI, em cumprimento dos compromissos assumidos.

- Olympic games impact

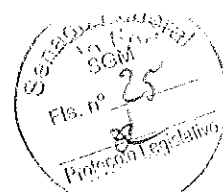
A APO atua na coordenação do SubGrupo de Trabalho Olympic Games Impact (OGI), que é ligado ao GT Sustentabilidade. Nessa atividade busca-se promover a integração dos entes visando o fornecimento de dados para a confecção dos relatórios previstos, para 2014, 2015, 2017 e 2019. O executor do OGI é o Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As atividades compreenderam a discussão dos temas, dos indicadores e dos atores governamentais envolvidos no fornecimento dos dados. Em junho de 2014 foi encerrada a fase de integração dos entes para o fornecimento dos dados. O relatório foi publicado em janeiro de 2014 e, desde então, o subgrupo vem trabalhando na confecção do previsto para 2015.

4) Superintendência de Segurança

- Caderno de Atividades e atribuições de segurança dos jogos

Após a confecção do Caderno de Atividades e Atribuições de Segurança, foi elaborada a Lista de Projetos de Segurança, os quais deverão integrar a Matriz de Responsabilidades. Em maio de 2014 foram entregues pelos Coordenadores das onze Câmaras Temáticas as propostas das Diretrizes Estratégicas Gerais de Segurança para os





Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016, que nortearão a confecção dos projetos específicos de segurança das diferentes Instituições envolvidas nas atividades de segurança, possibilitando o acompanhamento da aplicação dos recursos disponíveis.

A proposta de Política de Segurança de Canteiro de Obras de Instalações Olímpicas / Paraolímpicas, apresentada pelo GT Segurança foi incorporada ao Edital de obras do complexo Olímpico de Deodoro e faz parte das obrigações das empresas que executam as obras.

- Prevenção e Proteção à Saúde

A APO acompanha as ações de segurança, defesa, saúde, proteção e defesa civil com vistas a garantir a gestão de riscos pela prevenção, preparação, resposta, redução, recuperação e reconstrução, no que concerne aos riscos à família olímpica, às instalações e à população como um todo. O principal fórum para a discussão dessas ações, até o momento, tem sido o GT Saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde.

Um dos principais produtos deste primeiro semestre foi o Caderno de Atividades e Atribuições de Saúde para os Jogos Rio 2016, elaborado conjuntamente no âmbito do GT Saúde, a partir do mapeamento de serviços realizado anteriormente.

Cabe destacar, também, o sucesso na obtenção de um consenso sobre a forma de custeio da operação dos serviços médicos, principalmente no tocante ao serviço pré-hospitalar móvel.

Com base no Caderno de Atividades foi possível estabelecer os termos para o Memorando de Entendimento das Ações em Saúde, com a matriz de responsabilidades das ações a serem desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos pelo Comitê Rio2016 e pelos entes governamentais – o Ministério da Saúde, a ANVISA, a ANS, a SES/RJ e a SMS/RJ.

Prevista para o segundo semestre a formalização do referido Memorando, documento que representa um importante marco para o planejamento, visando o cumprimento dos compromissos assumidos.

5) Transferência de conhecimento

A equipe da Diretoria de Operações e Serviços (DIOPS) foi qualificada por meio de atividades de observação, debates, reuniões de estudo e trabalho, utilizando o Programa





Governamental de Observadores (PGO) e o Programa de Observadores dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional, como previsto nos manuais técnicos do COI.

O PGO tem como objetivo capacitar representantes dos três entes de governo para preparar e entregar os Jogos nos padrões exigidos e segundo os compromissos assumidos, por meio da transferência de conhecimento e da experiência adquirida durante os eventos.

Encontro com o Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido - UK IPO – Reunião na sede da APO com a participação de representantes do UK IPO, dos 03 níveis governamentais e do INPI para tratar sobre os desafios de Propriedade Intelectual para Grandes Eventos Esportivos, tendo como maior exemplo os Jogos Olímpicos de Londres 2012.

Dentre os programas realizados estão o de Sochi 2014, do Porto e o da Copa do Mundo 2014.

K. Diretoria de Mobilidade

A melhoria da infraestrutura de mobilidade é um dos compromissos que o Brasil assumiu para a realização dos Jogos. Destaca-se a existência de cartas-compromisso firmadas por autoridades brasileiras, as quais garantiram, dentre outras, ações nessa área, constando do Dossiê de Candidatura, em especial do Tema 15.

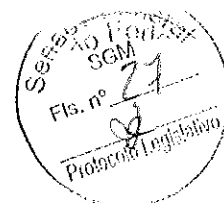
A partir do contexto em que essas ações se desenvolvem, é possível identificar, como atribuição final da Diretoria de Mobilidade, garantir a entrega, através da interação dos três entes e de outros agentes públicos e privados empenhados nessas ações, dos projetos referentes à área, para que se realizem de forma segura e pacífica, garantindo um legado à população.

Nesse contexto, a DMOB foi organizada com as Superintendências de Instalações e Mobilidade e de Operações de Mobilidade.

1) Superintendência de Instalações e Mobilidade

- Aeroportos

As atividades concernentes a aeroportos continuam sendo tratadas no âmbito do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), e da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), conduzidas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. As reuniões ocorrem mensalmente, com o objetivo de dar andamento às





atividades de organização, na área aeroportuária, dos grandes eventos no País. Dessas reuniões participam, além das autoridades aeroportuárias, a Autoridade Pública Olímpica e representantes do Comitê Organizador da Copa do Mundo 2014 e do Comitê Organizador dos Jogos Rio2016.

Foram e continuam sendo Temas de Acompanhamento as reformas dos aeroportos considerados Olímpicos: Galeão, Guarulhos, Salvador, Confins e Brasília.

Há, também, o acompanhamento das ações das novas concessionárias dos aeroportos do Galeão (RIO GALEÃO) e de Confins (BH Airports).

- Porto

A *venue* não esportiva "Porto" não recebeu obras significativas no período considerado e o Projeto Porto Maravilha continuou a realizar obras em ritmo acelerado, alterando significativamente o entorno do porto. Houve entendimentos com a Empresa Olímpica Municipal (EOM) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) no sentido de alertar para a necessidade de coordenar a obra de instalação de infraestrutura de água e esgoto com as do Porto Maravilha na região portuária. Outra ação realizada é o acompanhamento da obra de adequação dos armazéns 05 e 06 para operarem o embarque e desembarque nos navios de cruzeiro, cujo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) ainda não foi aprovado.

2) Superintendência de Operações de Mobilidade

- Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

O Plano Tático de Mobilidade para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – PTMJRio2016 – foi substituído pelo Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e estará a cargo da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET - RIO, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro – SMTR, a ser contratado com recursos orçamentários do município do Rio de Janeiro.

- Mobilidade nas Zonas Olímpicas

A situação da mobilidade nas Zonas Olímpicas foi acompanhada mediante a participação nas reuniões do Consórcio Integrador do Rio de Janeiro, do VDOR, de reuniões com os Entes, ocasiões em que foram atualizadas as informações relativas a esse tema. Em





relação à Zona Olímpica de Deodoro / Vila Militar, zona que no momento apresenta uma maior defasagem nas obras de mobilidade em relação às demais, foi mantida a continuidade no monitoramento de modo mais pormenorizado, mediante o acompanhamento junto à Empresa Olímpica Municipal, à Consultoria de Patrimônio, Meio Ambiente e Obras do Exército (CPMAO) e à Assessoria dos Jogos Olímpicos do Exército, para tratar de mobilidade da Vila Militar, inclusive do traçado do BRT da Transolímpica.

A principal pendência em relação à mobilidade foi identificada em Deodoro, relativa à indefinição de construção do Terminal Integrador BRT/Supervia e à abrangência das reformas das estações ferroviárias da Vila Militar, Magalhães Bastos e Ricardo de Albuquerque. A Empresa Olímpica Municipal informou que em 2014 serão lançadas as licitações em questão.

- Grupos de Trabalho

GT Transporte

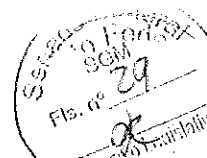
O GT Integrações Modais, em 2014, por decisão do COMEX, passou a ser chamado de GT Transporte, a fim de poder ampliar o escopo de sua atuação. Durante o primeiro semestre deste ano, foram realizadas sete reuniões cujas pautas abordaram questões concernentes aos principais pontos de conexão modal, dentre outros temas afetos ao projeto do Anel de Alta Capacidade.

Em junho, foi definido em reunião do COMEX que as atividades do GT Transporte ficariam suspensas até que a Prefeitura finalizasse a contratação da empresa que desenvolverá o Plano Operacional de Transportes e Tráfego para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e que a metodologia do trabalho esteja definida.

Com o objetivo de acompanhar a execução dos projetos tratados no âmbito do Grupo de Trabalho, a Diretoria de Mobilidade da APO vem realizando, sistematicamente, visitas de avaliação às estações de BRT da Transcarioca e da Transoeste, entregues no primeiro semestre do corrente ano, bem como às estações ferroviárias ainda pendentes de reforma e adequação para os Jogos Rio 2016.

GT Porto

No primeiro semestre de 2014 o GT se ocupou dos assuntos afetos as obras e serviços necessários à infraestrutura para receber os navios a serem utilizados como hotel, dentre elas as redes para o fornecimento de água doce e para o esgotamento sanitário, de forma a evitar o uso de barcas nessas tarefas, particularmente no caso do esgoto. Houve





a necessidade de se obter informações sobre o traçado e o andamento das obras de implantação do modal VLT, que será muito importante no transporte da Família Olímpica a ser hospedada em navios de cruzeiro. Foram continuados os entendimentos com a Petrobrás no sentido de ser produzido combustível de baixo teor de enxofre e alto ponto de fulgor para ser utilizado pelos navios durante a permanência no porto do Rio.

I. Divulgação Institucional

Além de uma série de entrevistas e de encontros institucionais com colunistas, editores e repórteres especializados, do Brasil e do exterior, duas coletivas de imprensa marcaram o semestre.

No mês de janeiro, a APO, junto com os demais entes públicos, divulgou a primeira edição da Matriz de Responsabilidades. O Presidente, como principal porta-voz, explicou para a imprensa o papel legal, as responsabilidades e as funções de coordenação desta autarquia.

Em abril, num evento conjunto com os Governos Federal, Estadual e Municipal, a APO lançou o Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas.

Ainda neste semestre, foram apresentados, de formal preliminar e para discussão interna para a coleta de subsídios, um conjunto de documentos da Comunicação Institucional da APO:

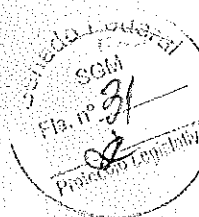
- Política de Comunicação da Autoridade Pública Olímpica;
- Planos de Comunicação (2014 a 2016);
- Posicionamento e Mensagens para lideranças da APO;
- Relacionamento com a Imprensa;
- Orientações para Uso de Redes Sociais;
- Gestão de riscos e emergências em comunicação;
- Manual de uso da marca; e
- Apresentações institucionais.





3

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



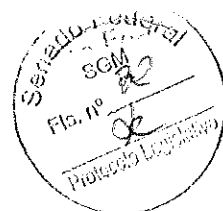


De 2011 a 2013, os Contratos de Rateio, mecanismo pelo qual a autarquia, na forma da lei, pode receber recursos dos entes que a integram, foram firmados no último bimestre do ano, o que trouxe uma relativa incerteza nas previsões orçamentárias. Até a presente data o Contrato de Rateio de 2014 não foi firmado. A execução da autarquia, neste exercício, ocorreu com recursos financeiros oriundos de superávit apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2013) e com outras receitas obtidas durante o período considerado.

Cabe ressaltar que nos normativos da União há proibição de aplicações na Conta Única para Órgãos não integrantes dos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, porém também estão previstas excepcionalidades que devem ser avaliadas pelo Tesouro Nacional, o que ocorreu no exercício de 2013.

Os recursos em execução no primeiro semestre de 2014 foram apurados no superávit havido em 2013 e o orçamento aprovado pelo Conselho Público Olímpico por intermédio da Resolução nº 03/2013, publicada no sítio da APO, com o valor de R\$ 74.105.414,00 (setenta e quatro milhões, cento e cinco mil, quatrocentos e quatorze reais.), discriminado da seguinte forma: R\$ 19.579.962,00 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais.), para pagamento de pessoal e, R\$ 54.525.452,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais.) para as demais despesas da autarquia

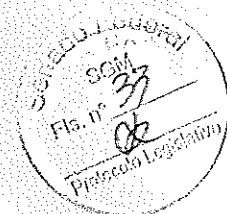
O Demonstrativo da Execução Orçamentária Financeira referente ao 1º Semestre de 2014 encontra-se anexo a este relatório.





4

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE





A. Matriz de Responsabilidades dos Jogos

A Autoridade Pública Olímpica divulgou, em 28 de janeiro de 2014, a primeira versão da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

O documento engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização do evento. A Matriz relaciona projetos e responsabilidades pela execução e aporte de recursos, e está organizada agrupando obras e serviços relacionados às regiões olímpicas: BARRA DA TIJUCA, DEODORO, MARACANÃ e COPACABANA.

Nela estão relacionados os valores e prazos dos projetos que já tiveram pelo menos edital de licitação ou pedido de proposta publicados. Na metodologia adotada para a Matriz, esses projetos alcançaram nível de maturidade igual ou maior que 3, quando ocorre a licitação (para projetos de governo) ou proposta (para projetos privados), contendo escopo, custo e cronograma. À medida que os projetos com indicador menor que 3 alcançarem maturidade, os prazos e valores serão incluídos, pois já terão cronogramas e orçamentos com um grau significativo de consistência.

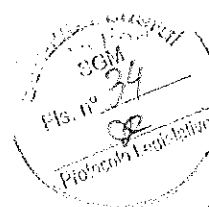
A Matriz é um documento dinâmico, com permanente acompanhamento e atualização. Anexa a esse relatório, a primeira versão da Matriz de Responsabilidades, lançada em 28 de janeiro de 2014.

B. Carteira de Projetos Olímpicos

Acompanhando a Matriz de Responsabilidades, a Carteira de Projetos reúne obras e serviços selecionados pela APO como essenciais à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, atendendo às exigências gerais estabelecidas pelo COI.

Assim, integram a Carteira de Projetos as obras e serviços sob responsabilidade do Comitê Rio2016, conforme previsto em seu estatuto e que serão contratados com patrimônio próprio. Também contemplará aqueles cujos investimentos não seriam realizados caso a cidade do Rio de Janeiro não tivesse sido eleita para sediar os Jogos das XXXI Olimpíadas, no ano de 2016.

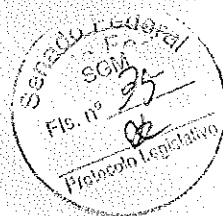
Sua primeira versão, anexa a este relatório, foi apresentada formalmente à sociedade juntamente com a Matriz de Responsabilidades, em 28 de janeiro de 2014.





5

CONSIDERAÇÕES FINAIS





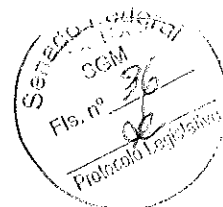
O primeiro semestre de 2014 apresentou significativos avanços para a gestão da Autoridade Pública Olímpica. No entanto, ainda existem ajustes e definições que devem ser sanados, principalmente no que diz respeito à governança dos Jogos e ao decorrente processo decisório.

Os órgãos de fiscalização e controle, como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União, estiveram constantemente auditando a APO. No entendimento desses órgãos, a gestão olímpica está estabelecida por meio da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que, inclusive, cria o modelo inédito de gestão interfederativa, com as respectivas atribuições dos atores envolvidos no processo.

Entre as importantes evoluções deste semestre estão o lançamento da primeira versão da Matriz de Responsabilidades, parte de uma transparente estratégia orçamentária elaborada em conjunto com os entes. Também avançou o encaminhamento dado ao “coração dos Jogos” – Parque Olímpico da Barra, Vila dos Atletas e o Complexo Esportivo de Deodoro. Somam-se a isso os esforços empreendidos pela APO para implementar uma reestruturação interna e criar um sistema informatizado de monitoramento.

Assim, ao vencer a candidatura para sediar o maior evento esportivo do mundo, o país coloca em evidência sua capacidade de planejar, organizar e executar a primeira Olimpíada da América do Sul. Mas, para entregar um “produto olímpico” eficiente, ajustes ainda devem ser feitos, em especial no que se refere à governança dos Jogos, que deve ser adequada à urgência que o momento merece.

Com os olhos voltados para o que ainda está por fazer, o segundo semestre de 2014 será o momento adequado e oportuno para consolidar os principais atores olímpicos e preparar o cenário para 2015, a reta final dos Jogos de 2016.





ANEXO I

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2014							
DESCRIÇÃO	DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0						
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	30.899,21	45.180,01	24.695,25	17.825,01	19.124,72	35.484,18	173.208,38
MATERIAL DE CONSUMO	18.580,62	-	-	-	4.587,90	10.978,85	34.147,37
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	72.413,20	144.660,86	187.435,01	143.269,23	81.275,48	137.305,95	766.359,73
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	4.400,00	7.636,90	11.737,70	6.600,00	6.838,60	6.600,00	43.813,20
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	48.352,84	184.787,45	85.550,66	199.759,45	111.649,17	126.951,83	757.051,40
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - CIVIL	16.462,78	18.446,55	19.362,06	37.672,94	28.466,67	25.126,64	145.537,64
AUXÍLIO TRANSPORTE	1.144,40	1.245,60	2.198,51	3.733,62	3.261,02	3.917,52	15.500,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	326.126,63	199.731,89	107.686,70	244.864,17	155.413,50	126.486,36	1.160.309,25
TOTAL CUSTEIO	518.379,68	601.689,26	438.665,89	653.724,42	410.617,06	472.851,33	3.095.927,64
AQUISIÇÃO DE MAT PERMANENTE	-	20.882,12	-	-	-	-	20.882,12
TOTAL INVESTIMENTO	-	20.882,12	-	-	-	-	20.882,12
DESCRIÇÃO	DESPESAS REALIZADAS FOLHA + ENCARGOS						
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
VENCIMENTOS – PESSOAL CIVIL	863.583,15	813.337,81	876.981,37	1.032.181,89	1.034.996,57	1.401.911,18	6.022.991,97
VENCIMENTOS – PESSOAL MILITAR	2.666,66	-	-	2.455,45	6.233,33	38.733,16	50.088,60
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	128.247,24	132.755,62	137.561,65	168.308,92	169.175,34	142.250,58	878.299,35
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	15.000,00	18.504,95	16.142,52	17.873,39	3.948,79	3.648,52	75.118,17
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	510.251,91	337.192,27	405.469,98	346.402,92	334.294,21	345.624,86	2.279.236,15
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	1.519.748,96	1.301.790,65	1.436.155,52	1.567.222,57	1.548.648,24	1.932.168,30	9.305.734,24
TOTAL GERAL 1º SEMESTRE	2.038.128,64	1.924.362,03	1.874.821,41	2.220.946,99	1.959.265,30	2.405.019,63	12.422.544,00





ANEXO II

CALENDÁRIO PRIMEIRO SEMESTRE 2014

DATA	EVENTO	LOCAL
16/20 Jul 14	COI WORLD BROASCASTER	RIO2016
01/05 Set 14	20ª VENUES INFRASTRUTURE CONSTRUCTION REVIEW	
29 Set/01 Out 14	7ª COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO COI	
10/11 Nov 14	6º PROJECT REVIEW - IPC	
01/05 Dez 14	21ª VENUES INFRASTRUTURE CONSTRUCTION REVIEW	
16/17 Dez 14	10º PROJECT REVIEW - IOC	

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OPIN nº 15 / 2015
Fls. 38